

# Comissão tenta anular o corte de subvenções dos parlamentares

Por Marcos Magalhães  
de Brasília

Depois de silenciosamente retiradas do projeto de Orçamento Geral da União para 1989, no rastro da Operação Desmonte, as subvenções concedidas aos 559 deputados e senadores, para que eles possam fazer doações a entidades assistenciais, devem retornar a seu lugar. A modificação será feita pela comissão mista de orçamento do Congresso nacional, que, pela primeira vez em mais de vinte anos, tem o poder de emendar a proposta do Poder Executivo.

O presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), fará pessoalmente a sugestão durante a reunião plenária convocada para a próxima quinta-feira, 6 de outubro. A subvenção, contudo, será diferente em dois aspectos da concedida atualmente. Em primeiro lugar, ela não será mais distribuída pelos parlamentares tão livremente como hoje. Cada interessado deve apresentar uma emenda ao orçamento e justificá-la. Em segundo lugar, elas terão de ser aprovadas por um relator da comissão especialmente designado para a matéria.

"Estou assumindo a responsabilidade pela proposta de reinserção da subvenção no projeto de orçamento", diz Cid Carvalho, que, no início dos trabalhos da comissão, preocupou-se bastante com as possíveis repercussões desta atitude, uma vez que os técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República excluíram a dotação de verbas aos parlamentares sob inspiração do enxugamento dos gastos públicos previsto no orçamento.

No ano passado, cada senador ou deputado recebeu CZ\$ 1 milhão, que ele utilizou para beneficiar creches, escolas, hospitais e sindicatos, de acordo com a sua própria escolha. A

quantia foi atualizada para CZ\$ 2,8 milhões. Mas cada previsão de auxílio social terá de ser formalizada através de emendas apresentadas à comissão. "Trata-se de uma tradição de mais de quarenta anos", explicará Cid aos colegas da comissão, na quinta-feira.

Nessa reunião, os parlamentares devem começar a fazer a primeira avaliação do projeto de orçamento como um todo. Como os relatores e sub-relatores dos 36 anexos (setores) do projeto já estarão nomeados e deverão voltar a seus estados para estudá-los, Cid Carvalho quer que eles venham e tenham informações mais gerais. "Até para facilitar a análise dos temas específicos, os relatores precisam antes ter uma visão global do projeto", afirmou o deputado.

O prazo para apresentação de emenda já começou, e se estende até o dia 14 de outubro. Até sexta-feira, apenas uma emenda — do deputado Manoel Ribeiro (PMDB-PA) — havia sido protocolada. Até 4 de novembro, os relatores dos anexos precisam entregar seus pareceres ao relator-geral da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Gabriel, por sua vez, apresentará o seu parecer até o dia 18 de novembro.

O projeto de orçamento será, então, discutido e votado pela comissão entre os dias 21 e 25 de novembro, já depois das eleições municipais, que devem praticamente monopolizar a atenção da maioria dos parlamentares. No dia 26, o parecer da comissão — já votado — será encaminhado ao presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que o colocará em votação em plenário. Somente no dia 10 de dezembro deve ser aprovada na comissão a redação final do projeto de orçamento para 1989.